

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 078/2025

Município de Jeceaba/MG

Impugnante: Ulisses Gonçalves Florentino _ 08658078680

CNPJ: 34.059.579/0001- 80

E-mail: ulissesglicitacoes@gmail.com

Ilustríssimo(a) Senhor(a) Pregoeiro(a),

A empresa acima identificada, por seu representante legal, vem, com fulcro no art. 164, §1º, da Lei nº 14.133/2021, apresentar, tempestivamente, a presente:

I – DA TEMPESTIVIDADE E DO CABIMENTO

A presente impugnação é apresentada tempestivamente, nos termos do art. 164, §1º, da Lei nº 14.133/2021, diante de ilegalidades constatadas na fase preparatória do certame, especialmente quanto à estimativa de preços, à ausência de transparência da pesquisa de mercado e à interpretação equivocada da jurisprudência do Tribunal de Contas da União invocada pela Administração em sua resposta.

II – DA RESPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E DA INTERPRETAÇÃO EQUIVOCADA DO ACÓRDÃO Nº 1712/2025 – TCU

Em resposta à impugnação anteriormente apresentada, a Administração alegou que a estimativa de preços foi elaborada com base na chamada **“cesta de preços”**, afirmando tratar-se de metodologia “amplamente reconhecida pelo Tribunal de Contas da União como prática idônea”, concluindo que não haveria exigência legal de adoção de fontes específicas ou justificativas adicionais.

Todavia, tal afirmação não corresponde ao conteúdo real do Acórdão nº 1712/2025 – Plenário do TCU, que foi **utilizado de forma invertida e indevida pela Administração.**

O referido acórdão, ao contrário do que sustenta o Município, julgou procedente representação justamente porque a pesquisa de preços:

- a) foi realizada apenas por consulta direta a fornecedores;
- b) desconsiderou preços praticados por outros órgãos públicos em contratações similares;

- c) não apresentou justificativa para a escolha dos fornecedores consultados;
- d) e não observou adequadamente a metodologia da cesta de preços.

Tanto é assim que o próprio Acórdão nº 1712/2025 foi categórico ao consignar que tal conduta:

“desrespeita os arts. 23, §1º, inciso IV, e 82, §5º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.”

Portanto, o julgado não legitima a utilização genérica da “cesta de preços”, mas sim condiciona sua validade à:

- I) utilização preferencial de preços de contratações públicas similares;
- II) justificativa técnica da escolha das fontes;
- III) e transparência do procedimento.

Logo, a resposta da Administração não apenas se afasta da jurisprudência do TCU, como a contraria frontalmente.

Para fins de registro do contraditório, anexo parte da resposta da Pregoeira:

Ressalte-se que a metodologia empregada observou a chamada “cesta de preços”, amplamente reconhecida pelo Tribunal de Contas da União como prática idônea para aferição da compatibilidade dos valores estimados com os preços de mercado, não havendo exigência legal de adoção de fonte única ou exclusiva.

A pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral realizada apenas por consulta direta a fornecedores, desconsiderando os preços praticados por outros órgãos públicos em contratações similares, sem a elaboração de uma “cesta de preços”, e ainda sem justificativa para a seleção dos fornecedores, **desrespeita os arts. 23, § 1º, inciso IV, e 82, § 5º, inciso I, da Lei 14.133/2021.**

Acórdão 1712/2025-Plenário | Relator: JORGE OLIVEIRA.

III – DA VIOLAÇÃO AOS ARTS. 18 E 23 DA LEI Nº 14.133/2021 – AUSÊNCIA DE TRANSPARÊNCIA DA PESQUISA DE PREÇOS

Nos termos do art. 18, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, a fase preparatória da licitação deve ser instruída com estudos técnicos preliminares e estimativa de preços devidamente fundamentada.

O art. 23 da mesma lei dispõe que a estimativa de preços deve:

- a) ser baseada em pesquisa de mercado idônea;

- b) observar metodologia adequada;
- c) e estar suficientemente motivada, constituindo elemento essencial para a legalidade do certame.

Embora a lei não exija a juntada obrigatória da pesquisa como anexo ao edital, é direito do licitante ter acesso à pesquisa de preços, especialmente quando:

- a) o valor estimado influencia diretamente a formulação das propostas;
- b) há indícios de descompasso com o mercado;
- c) e a Administração fixa valores inferiores aos praticados em contratos vigentes.

O sigilo da estimativa de preços é exceção, admitida apenas nas hipóteses do art. 13 da Lei nº 14.133/2021, quando formalmente classificado e indispensável à segurança da sociedade ou do Estado — o que não se aplica a contratação comum de locação de veículos.

Assim, a não disponibilização da pesquisa de preços e da composição dos valores viola:

- i) o princípio da publicidade;
- ii) o direito ao controle pelos licitantes;
- iii) e o art. 164 da Lei nº 14.133/2021, que assegura o exercício efetivo da impugnação.

IV – DA CONTRADIÇÃO OBJETIVA: PREÇOS DO EDITAL X PREÇOS PRATICADOS PELO PRÓPRIO MUNICÍPIO

Conforme demonstrado nos levantamentos de mercado apresentados pela impugnante, especialmente quanto ao Item 1 – Veículos Hatch, verifica-se que:

- a) o valor inicial estimado no edital encontra-se abaixo dos preços médios de mercado;
- b) encontra-se, inclusive, abaixo dos valores atualmente pagos pelo próprio Município no Contrato Administrativo nº 138/2025, cujo preço final, após disputa em dispensa eletrônica, alcançou:
R\$ 3.299,00 para veículos hatch; e
R\$ 4.500,00 para pick-ups simples.

Diante disso, impõe-se o seguinte questionamento objetivo e inevitável:

O Município está afirmando que os preços atualmente praticados em seu próprio contrato administrativo se encontram fora do mercado?

Se a resposta for negativa, então o edital não reflete a realidade de mercado.

Se a resposta for positiva, então o Município reconhece a prática atual de preços antieconômicos, o que reforça a necessidade de revisão da estimativa.

Em qualquer hipótese, resta evidenciado que não houve adequação do novo edital aos preços efetivamente praticados, em afronta ao art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e aos princípios da economicidade, eficiência e planejamento.

V – DOS PEDIDOS E DAS MEDIDAS A SEREM ADOTADAS

Diante das ilegalidades apontadas, requer-se:

- 1. O acolhimento da presente impugnação, com a CORREÇÃO ou SUSPENSÃO do certame;**
2. A disponibilização integral da pesquisa de preços, com:
 - a) identificação das fontes consultadas;
 - b) justificativa da escolha dos fornecedores;
 - c) e metodologia adotada;
3. A revisão da estimativa de preços, considerando:
 - a) contratações similares de outros entes públicos;
 - b) os contratos vigentes do próprio Município;
 - c) e os levantamentos de mercado apresentados pela impugnante;
4. Caso mantida a irregularidade, informa-se que a impugnante adotará as medidas cabíveis, incluindo:
 - a) representação ao Tribunal de Contas do Estado;
 - b) comunicação aos órgãos de controle interno;
 - c) e demais providências administrativas e legais cabíveis.

V – CONCLUSÃO:

A resposta da Administração baseia-se em **interpretação equivocada da jurisprudência do TCU**, omite o dever de transparência da pesquisa de preços e ignora a contradição entre os valores do edital e os preços por ela mesma praticados.

Diante disso, impõe-se a correção do edital, sob pena de manutenção de vícios insanáveis na fase preparatória da licitação.

Termos em que,

Pede deferimento.

Relatório de Assinaturas

Datas e horários em UTC-0300 (America/Sao_Paulo)

Última atualização em 09 Janeiro 2026, 15:59:55



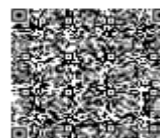
Status: Assinado

Documento: ATA REGISTRO DE PREÇO 15-2025.Pdf

Número: 8664a6d8-c448-43a2-8f42-d2cac89fc96f

Data da criação: 09 Janeiro 2026, 15:27:20

Hash do documento original (SHA256): 88dac905667a22dd558f16567f5829b047445454669e016936f7aaf0d0638aea



Assinaturas

1 de 1 Assinaturas

Assinado  via ZapSign by Truora		Assinatura
ULISSES GONÇALVES FLORENTINO Data e hora da assinatura: 09/01/2026 15:59:54 Token: be5968b0-f668-4f93-bb33-a97f668bc642		 Ulisses Gonçalves Florentino
Pontos de autenticação: Telefone: + 5535999664648 E-mail: ulissesfg62@gmail.com Nível de segurança: Validado por código único enviado por e-mail		Localização aproximada: -20.904258, -45.277671 IP: 189.51.25.73 Dispositivo: Mozilla/5.0 (iPhone; CPU iPhone OS 18_7 like Mac OS X) AppleWebKit/605.1.15 (KHTML, like Gecko) Version/26.1 Mobile/15E148 Safari/604.1